

Alerta Legislação nº 11, de 11 a 16 mar. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 13.811, DE 12 DE MARÇO DE 2019

Confere nova redação ao art. 1.520 da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil.

DECRETO Nº 9.723, DE 11 DE MARÇO DE 2019

Altera o [Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017](#) (*), o [Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016](#) (**), e o [Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018](#) (***), para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#) (****).

(*) *Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.* (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)

(**) *Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

(***) *Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.*

(****) *Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.*

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 64.145, DE 14 DE MARÇO DE 2019

Autoriza o pagamento de indenização às vítimas da tragédia ocorrida em 13 de março do corrente na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no Município de Suzano, Estado de São Paulo, institui Comissão Executiva e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
14/03/2019	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 876, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. <u>DECRETO Nº 9.726, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Promulga o Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, de 27 de fevereiro de 1998. RETIFICAÇÃO <u>DECRETO Nº 9.725, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações. (Publicado no Diário Oficial da União de 13 de março de 2019, Seção 1)
13/03/2019	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 875, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família e para Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, residentes no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 874, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 1.368.600,00, para o fim que especifica. <u>LEI Nº 13.811, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil. <u>DECRETO Nº 9.725, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações. <u>DECRETO Nº 9.724, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, firmado em Brasília, em 4 de abril de 2011.
12/03/2019	<u>DECRETO Nº 9.723, DE 11 DE MARÇO DE 2019</u> Altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (*), o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 (**), e o Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018 (***), para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (****).

	(*) Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019) (**) Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (***) Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. (****) Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 180, DE 7 DE MARÇO DE 2019</u> Dispõe sobre a criação de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União para a atuação nas demandas judiciais sobre a PEC nº 06/2019, que modifica o sistema de previdência social.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 31, DE 11 DE MARÇO DE 2019</u> (...) Art. 1º Publicar os preços mínimos para café arábica e conilon, laranja in natura, trigo e sementes, da safra 2019/2020, conforme anexos I a IV desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Voto CMN 05/2019, de 27 de fevereiro de 2019. (...) COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL <u>RESOLUÇÃO Nº 66, DE 11 DE MARÇO DE 2019</u> Aprova a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR para o exercício de 2019. SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA <u>PORTARIA Nº 1.161, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> (...) Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos a safra 2017/2018 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo. (...) <u>PORTARIA Nº 1.067, DE 8 DE MARÇO DE 2019</u> (...) Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período

	de 10 de março de 2019 a 09 de abril de 2019, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. (...)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 996, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Regulamenta os procedimentos de acompanhamento e fiscalização das obrigações de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstos no § 21 do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 86, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Disciplina o funcionamento do Conselho Gestor de que trata art. 31 do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018 (*), e estabelece os procedimentos para credenciamento de projetos e programas considerados prioritários pelo Conselho Gestor. <i>(*) Regulamenta a Medida Provisória nº 843, de 5 de julho de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País, institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas.</i> SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA → Secretaria de Executiva <u>ATO COTEPE/MVA Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2019</u> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos. <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2019</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.878, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.877, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> Dispõe sobre a prestação de informações sobre Valor da Terra Nua à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.876, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1 de março de 2012, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital das Contribuições Incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.875, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u>

	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, e a Instrução Normativa RFB nº 1704, de 31 de março de 2017, que dispõem sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.874, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.783, de 11 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a solicitação de serviços mediante dossiê digital de atendimento. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.873, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.782, de 11 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a entrega de documentos no formato digital para juntada a processo digital ou a dossiê digital no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.872, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre a permissão de acesso do contribuinte aos serviços disponíveis no Atendimento Virtual (e-CAC) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019</u> Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 155, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Fixar as metas institucionais globais e intermediárias do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep para o ciclo 2018/2019, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 240, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>RECOMENDAÇÃO Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e o licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019</u> Aprova o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após

	rompimento da Barragem da Vale S/A, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 395, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2019.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
16/03/2019	<u>DECRETO Nº 64.146, DE 15 DE MARÇO DE 2019</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas
15/03/2019	<u>DECRETO Nº 64.145, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> Autoriza o pagamento de indenização às vítimas da tragédia ocorrida em 13 de março do corrente na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no Município de Suzano, Estado de São Paulo, institui Comissão Executiva e dá providências correlatas
14/03/2019	<u>DECRETO Nº 64.144, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Acrescenta o artigo 3º-A ao Decreto nº 59.591, de 14 de outubro de 2013 , que dispõe sobre critérios e procedimentos relativos à participação em concursos públicos de pessoas com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992 , alterada pela Lei Complementar nº 932, de 8 de novembro de 2002 <u>DECRETO Nº 64.143, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Altera dispositivo do Decreto nº 63.793, de 9 de novembro de 2018 , que convoca a 8ª Conferência Estadual de Saúde
12/03/2019	<u>LEI COMPLEMENTAR 1.339, DE 9-3-2019</u> (Projeto de lei complementar 13, 2018, do Deputado Chico Sardelli – PV) Dispõe sobre a transformação do extinto cargo de carcereiro em Agente Policial, ambos pertencentes ao Quadro da Secretaria da Segurança Pública do Estado

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO 027, DE 11-3-19</u> Reedita com alterações, a Resolução SAP 106, de 14-09-2018 e dá providências correlatas (...) Artigo 1º – Estabelecer os procedimentos administrativos visando a concessão do Porte de Arma de Fogo que constará da Carteira de Identidade Funcional e sua respectiva emissão ao Agente de Segurança Penitenciária, ao Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária e ao Oficial Operacional Motorista que exerce a função de condutor de veículo que transporta preso, nos termos do artigo 4º e §1º-B, inciso VII, do artigo 6º, da Lei Federal 10.826/2003 e alterações combinados com o artigo 36, do Decreto 5.123/2004 e alterações. (...)
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA-7, DE 15-3-2019</u> Estabelece o procedimento padrão para processamento de demandas do Ministério Público, da Corregedoria Geral da Administração e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no âmbito do Gabinete do Secretário e Assessorias, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA - 1, DE 12-3-2019</u> Dispõe sobre o detalhamento das atribuições das Secretarias de Agricultura e Abastecimento – SAA e de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, decorrentes do Decreto 64.131, de 11-03-2019, cria grupo de trabalho e dá providências correlatas
Desenvolvimento Econômico (SDE)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento Extrato <u>PROCESSO 1932127/2018</u> Partícipes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a <i>International Mind Education Institute</i> - IMEI Brasil. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1 Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções o estabelecimento de ações conjuntas entre o CEETEPS e o IMEI, por meio da Fatec São Paulo, dentro de suas esferas de competência e especialização, visando estabelecer, futuramente, cooperação para a realização de projetos de interesse comum. (...)
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 23, DE 15-03-2019</u> Aprova, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Grade e Treinamentos Abertos e Fechados para o ano de 2019

RESOLUÇÃO SFP-Nº 20, DE 15-03-2019

O Secretário da Fazenda e Planejamento, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF 08, de 19-01-2018, faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota (...)

Comunicado

Comunicado Audiências Públicas

PLANO PLURIANUAL – PPA 2020-2023

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, e em observância ao que recomenda a Lei de Responsabilidade Fiscal e ao [Decreto 64.124, de 08-03-2019](#), informa que a participação popular no processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 será garantida por meio da realização de audiências públicas regionais, encontros temáticos e audiência virtual.

Nesse sentido, convida toda a comunidade e seus representantes para participarem das AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PPA 2020-2023 e colaborar com o Governo do Estado de São Paulo para a construção dos programas e políticas públicas para os próximos quatro anos.

As manifestações e propostas da sociedade para o PPA 2020-2023 poderão ser efetuadas por via eletrônica nas páginas www.ppa.sp.gov.br/audiencias, www.saopaulo.sp.gov.br, www.planejamento.sp.gov.br e www.fazenda.sp.gov.br, a partir de 15 de março.

As datas e locais das Audiências Públicas temáticas e regionais serão publicadas em breve.

Comunicado**COMUNICADO AO MERCADO ACR 01/2019**

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, convida instituições financeiras públicas e privadas a apresentarem propostas para contratação de operação de crédito, no valor de R\$ 900.000.000,00, cujos recursos serão destinados pelo Estado ao "Projeto Tamoios". O financiamento contará com a garantia da União.

As instituições financeiras interessadas deverão acessar o *site* www.fazenda.sp.gov.br, no qual estará disponível o texto completo da Chamada Pública 01/2019. Eventuais dúvidas poderão ser direcionadas à Assessoria de Captação de Recursos da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, pelo *email*: captacaoderecursos@fazenda.sp.gov.br.

Governo (SG)**GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)****RESOLUÇÃO SG-49, DE 26-11-2018 (REPUBLICADO)**

Promovendo, nos termos do art. 28 da LC 1080-2008 e, à vista da homologação do Concurso de Promoção 2018, os servidores aprovados abaixo relacionados, ficando seus cargos/funções-atividades enquadrados na seguinte conformidade:

(...)

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

RESOLUÇÃO SG-6, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação, às empresas estatais não dependentes de capital fechado, do disposto nos Decretos [nº 64.066](#) e [nº 64.067](#), ambos de 2 janeiro de 2019

	<u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SG/SFP-1, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Estabelece normas complementares para aplicação do Decreto nº 64.069, de 2 de janeiro de 2019(*) (*) Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica. <u>COMUNICADO</u> Edital de Chamamento Público 1-2019 - Aprofundamento dos estudos do Projeto de Concessão das Marginais do Rio Tietê e Pinheiros e da Rodovia Raposo Tavares Informa-se, nos termos da Cláusula 5.1 do Edital de Chamamento Público 1-2019, que o prazo para a solicitação de autorização para a elaboração de estudos no âmbito do Projeto de Concessão das Marginais do Rio Tietê e Pinheiros e da Rodovia Raposo Tavares fica prorrogado, adicionalmente ao período que consta na Cláusula 5.1 do Edital de Chamamento, até as 23 horas e 59 minutos do dia 20-3-2019, conforme dispõe o art. 32 do Decreto Estadual de Parcerias.
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 15, DE 13-03-2019</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19-09-2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11-03-2003
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-9, DE 14-3-2019</u> Abre inscrições para plantão junto à Comissão Executiva de Apoio às vítimas de Suzano
Saúde (SS)	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB - 11, DE 15-03-2019</u> A Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite – CIB do Estado de São Paulo, em reunião realizada em 14-03-2019, homologou ad referendum as transferências de teto financeiro MAC, abaixo relacionadas:
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.626, DE 14-3-2019</u> Altera dispositivos do Regimento do Centro de Inovação da Universidade de São Paulo - InovaUSP <u>RESOLUÇÃO USP-7.625, DE 12-3-2019</u> Constitui o regimento e estabelece normas relativas ao compartilhamento de bicicletas nos espaços da Universidade de São Paulo → Pró-Reitorias

	→ → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG-7627, DE 13-3-2019</u> Estabelece normas e programas das matérias objeto de avaliação para a etapa de Pré-seleção de candidatos que desejam transferência para cursos de graduação da Universidade de São Paulo (USP), no 2º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2020, e estabelece normas gerais para o exame da segunda etapa
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-22, DE 13-3-2019</u> Dispõe sobre o Regimento Geral da Pós-graduação da Unesp
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
15/03/2019	EMENDAS CONSTITUCIONAIS <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 14 DE MARÇO DE 2019</u> (Republicado) Altera o § 2º do artigo 9º da Constituição do Estado, e acrescenta o artigo 1º-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DOE, Legislativo, 16/03/2019, p. 3 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 90, DE 2019</u> Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Aguaí, Águas da Prata, Américo Brasiliense, Analândia, Boa Esperança do Sul, Rinçã, Ibaté, Motuca, Santa Lúcia, Santa Cruz dos Palmeiras, Santa Gertrudes, Tapiratiba, Trabiju. DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 87, DE 2019</u> Proíbe no âmbito do Estado de São Paulo a conferência de produtos adquiridos pelo consumidor em supermercado e similares após o pagamento das compras no caixa. DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2019</u> Dispõe sobre o acesso, normas de convivência, segurança e serviços oferecidos a torcedores em eventos esportivos nos estádios de futebol, e altera a lei nº 10.876, de 10 de setembro de 2001, que obriga a execução do hino nacional nos eventos esportivos realizados no Estado. DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 4 <u>PROJETO DE LEI Nº 81, DE 2019</u> Todos os envolvidos na cadeia produtiva de fármacos em geral, ficam obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, para que essas substâncias e suas embalagens sejam direcionadas à coleta em locais previamente estabelecidos, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 4 <u>PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2019</u>

	Determina que as seguradoras publiquem, periodicamente, em seus <i>sites</i>, a lista dos veículos excluídos de sua cobertura. DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 4 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) Comunicados COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 008/2019</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que o 23º Ciclo de Debates com Agentes e Políticos Municipais será realizado no período de 28 de março a 04 de outubro. Os eventos que contarão com a participação do Senhor Presidente serão desenvolvidos na sistemática de perguntas e respostas sobre questões que retratam as principais dúvidas identificadas nos procedimentos da fiscalização deste Tribunal. Segue o calendário e locais desses eventos, cuja participação é gratuita e independe de prévia inscrição. SDG, em 07 de março de 2019. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 15/03/2019, p. 39
14/03/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2019</u> Dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5 (cinco) anos DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 78, DE 2019</u> Dispõe sobre a vedação de cadastro ou "lista negra" de consumidores que proponham ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços. DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 77, DE 2019</u> Dispõe sobre o corte de fornecimento de água tratada e energia elétrica no Estado de São Paulo, por falta de pagamento, nas sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil que anteceder os feriados. DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 75, DE 2019</u> Autoriza o Executivo estadual a disponibilizar os serviços públicos essenciais em áreas urbanas com ocupações denominadas núcleos urbanos informais nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e dá outras providências DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2019</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração estadual disponibilizar informações de seus servidores organizadas por gênero e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 73, DE 2019</u>

	Isenta de tarifa de energia elétrica e de água e esgotos os consumidores atingidos por enchentes e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/03/2019, p. 10
12/03/2019	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 69, DE 2019</u> Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006(*), no âmbito do Estado de São Paulo. (*) <i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
14/03/2019	<u>LEI Nº 17.070, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 344/16, DOS VEREADORES PAULO FIORILO – PT E JAIR TATTO – PT) Dispõe sobre a atualização das multas pecuniárias previstas na Lei nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002, a inclusão de artigo que extingue qualquer subjetividade que possa ocorrer no ato fiscalizatório e acrescenta teor que garante segurança financeira ao munícipe. <u>DECRETO Nº 58.662, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Altera a alínea “d” do inciso I do “caput” do artigo 6º do Decreto nº 57.547, de 19 de dezembro de 2016, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, bem como o inciso V do § 1º do artigo 4º do Decreto nº 54.799, de 29 de janeiro de 2014, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD <u>DECRETO Nº 58.661, DE 13 DE MARÇO DE 2019</u> Estabelece normas e procedimentos voltados à implantação e funcionamento do Programa Wi-Fi Livre SP
13/03/2019	<u>DECRETO Nº 58.660, DE 12 DE MARÇO DE 2019</u> Declara situação de emergência nas áreas da Cidade de São Paulo que especifica

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107